

CLIPPING IMPRESSO

30/10/2019



INDICE

1. DECISÕES	
1.1. JORNAL EXTRA.....	1
1.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	2 - 3
1.3. JORNAL PEQUENO.....	4
2. PRESIDÊNCIA	
2.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	5 - 6
2.2. JORNAL PEQUENO.....	7 - 8

ENCONTRO

Presidente do TJ debate com governador em exercício ações para melhoria da segurança

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo – acompanhado do vice-presidente, desembargador Lourival Serejo – fez visita ao governador em exercício do Estado do Maranhão, Carlos Brandão, nesta quarta-feira (30).

Entre os temas discutidos na reunião destacam-se aqueles que dependem de um esforço conjunto dos Poderes para avançarem em questões como Segurança Pública, política de Conciliação e em áreas do contexto econômico do Estado que impactam diretamente no Orçamento do Poder Judiciário. **Página 2**



Lourival Serejo, Carlos Brandão, José Joaquim Figueiredo e Rodrigo Maia

Joaquim Figueiredo e Lourival Serejo visitam Carlos Brandão

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo – acompanhado do vice-presidente, desembargador Lourival Serejo – fez visita ao governador em exercício do Estado do Maranhão, Carlos Brandão, nesta quarta-feira (30).

Presentes na reunião, o procurador-geral do Estado, Rodrigo Nina e o secretário de Comunicação e Articulação Política, Rodrigo Lago.

Entre os temas discutidos na reunião destacam-se aqueles que dependem de um esforço conjunto dos Poderes para avançarem em questões como Segurança Pública, política de Conciliação e em áreas do contexto econômico do Estado que impactam diretamente no Orçamento do Poder Judiciário.

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo disse que a visita institucional do Judiciário é uma demonstração da



Lourival Serejo, Carlos Brandão, José Joaquim Figueiredo e Rodrigo Maia

harmonia entre os Poderes no Estado do Maranhão.

O governador em exercício, Carlos Brandão, falou da importância equilibrada da relação institu-

cional entre os Poderes. “Tem sido uma constante o equilíbrio e a boa relação entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo no Maranhão”, frisou Car-

los Brandão, que assumiu o comando do Governo com a viagem do governador Flávio Dino ao Vaticano, onde ele participa da reunião da 1ª Cúpula dos

FALHA NO EDITAL

Decisão suspende vestibular do CFO da Uema e novas provas deverão ser aplicadas



Atendendo pedido do Ministério Público do Maranhão, a 6ª Câmara Cível do Tribunal Justiça suspendeu, em 17 de outubro, o vestibular da Universidade Estadual do Maranhão para o Curso de Formação de Oficiais (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) até que sejam disponibilizadas vagas para pessoas com deficiência no edital do certame.

A decisão acolheu recurso (agravo de instrumento) interposto pela promotora de justiça Theresa Maria Muniz Ribeiro de La Iglesia. De acordo com a representante do MPMA, a Constituição Federal prevê a obrigação de reserva de percentual de vagas para pessoas com deficiência em cargos e empregos públicos. “A ausência desta

previsão é, portanto, inconstitucional e fulmina a possibilidade de integração ao trabalho da pessoa com deficiência”, completou.

O vestibular da Uema para o CFO foi realizado no dia 20 de outubro. Prevalendo a decisão, o Edital nº 42/2019 do certame deverá ser modificado, passando a conter a previsão de 5% de vagas para pessoas com deficiência. No entendimento da promotora de justiça, uma nova prova deverá ser aplicada.

“A Justiça reconheceu este direito constitucional, destinado à integração social das pessoas com deficiência”, ressaltou Theresa Maria de La Iglesia. (Redação: CCOM-MPMA)

Vestibular do CFO da Uema é suspenso

Após pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a 6ª Câmara Cível do Tribunal Justiça suspendeu o vestibular da Universidade Estadual do Maranhão para o Curso de Formação de Oficiais (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) até que sejam disponibilizadas vagas para pessoas com deficiência no edital do certame. A decisão acolheu recurso (agravo de instrumento) interposto pela promotora de justiça Theresa Maria Muniz Ribeiro de La Iglesia.

PÁGINA 10

PM E BOMBEIROS

CFO da UEMA é suspenso pela Justiça

A 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça suspendeu o vestibular da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) para o Curso de Formação de Oficiais

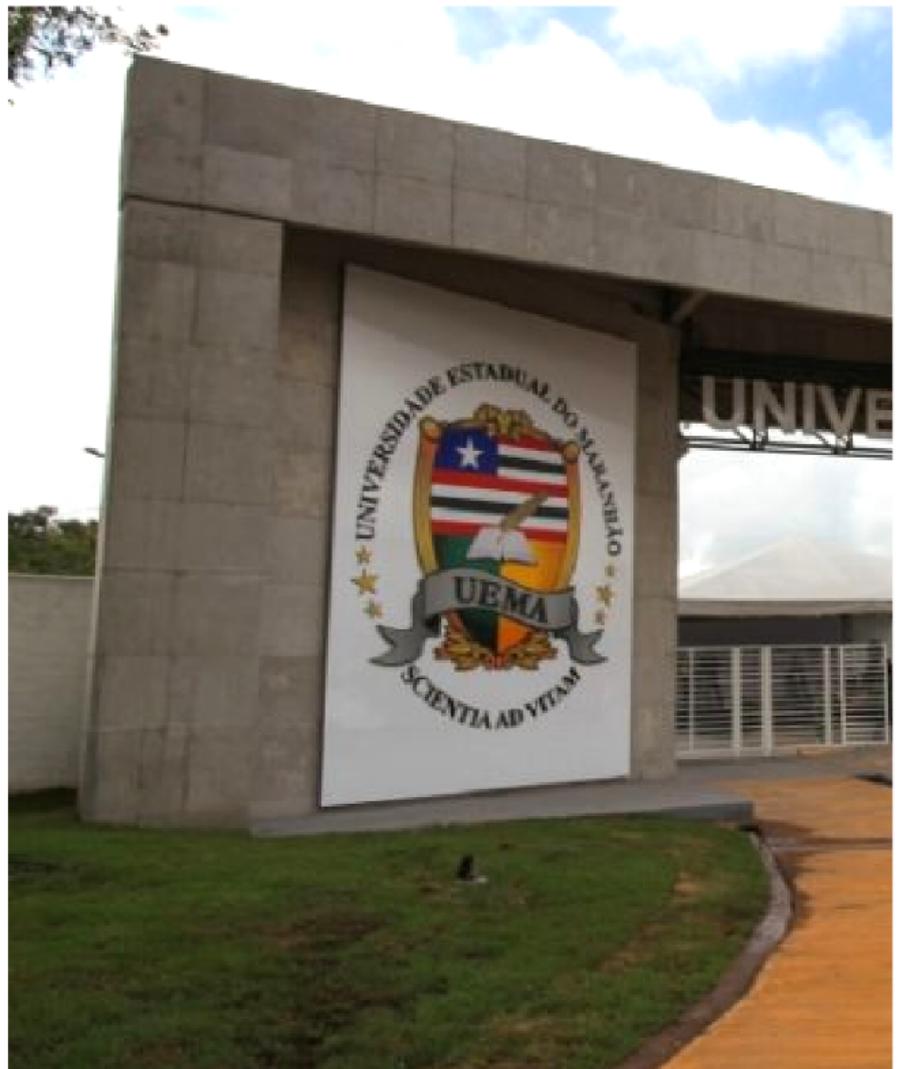
Após pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça suspendeu o vestibular da Universidade Estadual do Maranhão para o Curso de Formação de Oficiais (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) até que sejam disponibilizadas vagas para pessoas com deficiência no edital do certame.

A decisão acolheu recurso (agravo de instrumento) interposto pela promotora de justiça Theresa Maria Muniz Ribeiro de La Iglesia.

De acordo com a representante do MPMA, a Constituição Federal prevê a obrigação de reserva de percentual de vagas para pessoas com deficiência em cargos e empregos públicos. “A ausência desta previsão é, portanto, inconstitucional e fulmina a possibilidade de integração ao trabalho da pessoa com deficiência”, completou.

A ausência desta previsão é, portanto, inconstitucional e fulmina a possibilidade de integração ao trabalho da pessoa com deficiência

O vestibular da Uema para o CFO foi realizado no dia 20 de outubro. Prevalecendo a decisão, o Edital nº 42/2019 do certame deverá ser modificado, passando a conter a previsão de 5% de vagas para pessoas com defi-



O VESTIBULAR DA UEMA PARA O CFO FOI REALIZADO NO DIA 20 DE OUTUBRO

ciência.

No entendimento da promotora de justiça, uma nova prova deverá ser aplicada. “A Justiça reconheceu este direito constitucional, destinado à in-

tegração social das pessoas com deficiência”, ressaltou Theresa Maria de La Iglesia.

Decisão do TJMA suspende vestibular do CFO da Uema

Atendendo pedido do Ministério Público do Maranhão, a 6ª Câmara Cível do Tribunal Justiça suspendeu, em 17 de outubro, o vestibular da Universidade Estadual do Maranhão para o Curso de Formação de Oficiais (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) até que sejam disponibilizadas vagas para pessoas com deficiência no edital

do certame. A decisão acolheu recurso (agravo de instrumento) interposto pela promotora de justiça Theresa Maria Muniz Ribeiro de La Iglesia. De acordo com a representante do MPMA, a Constituição Federal prevê a obrigação de reserva de percentual de vagas para pessoas com deficiência em cargos e

empregos públicos. “A ausência desta previsão é, portanto, inconstitucional e fulmina a possibilidade de integração ao trabalho da pessoa com deficiência”, completou. O vestibular da Uema para o CFO foi realizado no dia 20 de outubro. Prevalendo a decisão, o Edital nº 42/2019 do certame deverá ser modificado, passando a

conter a previsão de 5% de vagas para pessoas com deficiência. No entendimento da promotora de justiça, uma nova prova deverá ser aplicada. “A Justiça reconheceu este direito constitucional, destinado à integração social das pessoas com deficiência”, ressaltou Theresa Maria de La Iglesia.

Joaquim Figueiredo anuncia aumento de 10% nos auxílios concedidos aos servidores do Tribunal de Justiça

PÁG. 2 (C1)

Auxílios dos servidores do TJMA terão reajuste de 10%

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, anunciou aumento de 10% – retroativo a janeiro desde ano – nos auxílios alimentação, saúde e transporte dos servidores do Poder Judiciário Estadual. De acordo com o desembargador Joaquim Figueiredo, o reajuste nos auxílios alimentação, saúde e transporte é uma medida justa e importante para os servidores da Justiça Estadual e se traduz num reconhecimento ao trabalho profissional que desenvolvem no atual contexto institucional. “Fizemos um grande esforço para poder fazer justiça com os

servidores garantindo o aumento no percentual de 10% nos auxílios concedidos à família judiciária maranhense. É uma maneira de valorizar aqueles que dedicam o seu trabalho ao engrandecimento do Poder Judiciário, merecendo, por isso, nosso carinho e gratidão”, frisou o presidente do TJMA

O desembargador Joaquim Figueiredo afirmou que na sua gestão não poupará esforços para garantir aos servidores os benefícios que venham que representem o reconhecimento ao empenho e a responsabilidade de todos no labor diário.